

Gatt vai analisar a situação do nosso balanço de pagamentos

O GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, órgão que regula o comércio internacional) convocou o comitê de balanço de pagamentos, integrado pelos países-membros, para examinar no segundo semestre a situação das contas externas do Brasil, diante do agravamento de suas dificuldades conjunturais, refletidas com a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, problemas para exportar por causa de barreiras protecionistas, queda de preços de produtos primários, etc.

A expectativa é de que o Brasil aproveitará o que seria uma reunião meramente técnica para sublinhar a necessidade de uma es-

tratégia mais ampla e integrada para resolver o problema de balanço de pagamento dos países devedores, que reconheça plenamente a interdependência entre moeda, finanças, comércio e desenvolvimento.

Esse enfoque reitera que a variação das taxas de câmbio aumenta a dívida ora em dólar, ora em iene ou marco alemão; que a queda no preço de produtos primários, reduzindo a receita dos devedores, é aproveitada pelos países credores na luta contra a inflação; e, enfim, a velha tese de que a dívida só pode ser paga se os países devedores conseguem acesso aos mercados.

A rigor, esclarecem **experts** em Genebra, o comitê de balanço de pagamentos do **GATT** examina, a cada ano, as contas externas dos países desenvolvidos e a cada dois anos a dos países em desenvolvimento, a princípio num contexto de comércio. Ninguém duvida, porém, que o Brasil e outros países em desenvolvimento aproveitarão as próximas reuniões, diante dos outros 93 países-membros, representando quase 100% do comércio mundial, para sublinhar a necessidade de um diálogo político entre credores e devedores, para que se possa conciliar políticas de ajustamento interno e externo sem abrir mão do crescimento econômico.

Em 1985, o balanço de pagamentos do Brasil foi submetido a uma análise profunda e sua política de comércio exterior aprovada pelos países-membros. Este ano, a consulta, além do caráter político que inevitavelmente tomará diante da atual conjuntura do País, terá o objetivo de analisar o andamento de medidas liberalizadoras que teriam sido adotadas desde 85. De um lado, o Brasil tanto terá ocasião para denunciar as barreiras comerciais que enfrenta — para exportar aço para EUA e CEE, por exemplo —, como para defender-se de denúncias de proteção a certas indústrias nascentes.

Assis Moreira, de Genebra